

CAPACITAÇÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INCLUSIVA - EPTI - PARA DOCENTES DA COMUNIDADE DE CANAUANIM/RORAIMA: UM CAMINHO PARA A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

TRAINING IN INCLUSIVE VOCATIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION FOR TEACHERS OF THE BRAZILIAN INDIGENOUS COMMUNITY OF CANAUANIM: A WAY TO INCLUDE DISABLED PEOPLE

Silvina Faria dos Santos

Especialista em Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva
Professora do IFRR/Campus Boa Vista
silvina@ifrr.edu.br

Lana Cristina Barbosa de Melo

Mestra em Educação
Professora do IFRR/Campus Boa Vista
abelharainha5@hotmail.com

Nadson Castro dos Reis

Mestre em Ciências
Professor do IFRR/Campus Boa Vista
nadsoncastro@ifrr.edu.br

RESUMO

Este artigo apresenta a proposta do Curso de Capacitação de Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva – EPTI, desenvolvido para 35 docentes da Comunidade Canauanim/RR, como ação da Assessoria de Políticas Inclusivas (API) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR). O curso iniciou em dezembro/2014 e teve término em setembro/2015, computando 160 horas-aula e os componentes curriculares foram desenvolvidos por uma equipe de profissionais do IFRR. O objetivo do curso foi capacitar os docentes na área de Educação Especial e Educação Inclusiva, dando-lhes subsídios para atender Pessoas com Deficiência. Dentre as metas delineadas para se atingir o objetivo constam aprender a Escrita e Leitura em Braille e ter conhecimento da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Nos encontros, fez-se uso da metodologia participativa, com técnicas expositivas, debate, exercícios de fixação de cada conteúdo. A avaliação dos resultados foram obtidos por meio dos relatos de professores das Salas de Recursos Multifuncionais – SRM's. Constatou-se

que a experiência traz não só a reflexão sobre capacitação de docentes, mas também a respeito da importância da cultura escolar e de se ter um setor que referencie a inclusão dentro da instituição.

PALAVRAS-CHAVE:

Educação inclusiva. Pessoa com deficiência. Capacitação.

ABSTRACT

This article presents the proposal of the Training Course on Inclusive-Professional and Technological Education (EPTI). It was developed for 35 teachers from the Canaúanim/RR Community, as an action of the Advisory Office for Inclusive Policies (API) of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Roraima (IFRR). The course started in December 2014 and ended in September 2015, adding 160 class-hours and the curricular components were developed by a team from IFRR professionals. The course aimed to train teachers in the area of Special and Inclusive Education, giving subsidies to them to assist disabled people. Thereby learning to write and read in Braille and have knowledge of the Brazilian Sign Language (LIBRAS) become proposed goals to achieve this objective. In the meetings, the participative methodology was used, with expository techniques, debate, exercises of fixation on each content. The evaluation of the results was obtained through reports of teachers of the Multifunctional Resource Rooms (SRM's). Therefore, it was verified that the experience not only brings the reflection on teacher's qualification, but also about the importance of the school culture and of having a sector that references the inclusion within the institution.

KEYWORDS:

Inclusive education. Disabled Person. Training.

INTRODUÇÃO

Existe um grande silêncio na história quando se analisa a trajetória das pessoas com deficiência na sociedade brasileira, ficando excluídos da vida política, econômica e social.

Somente a partir de 1994, quando sistematizaram na Espanha a Declaração de Salamanca, passou-se efetivamente a ter um documento

Capacitação na Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva - EPTI para docentes da comunidade de Canauanim/Roraima: um caminho para a inclusão de pessoas com deficiência regulador dos direitos da pessoa com deficiência e demais excluídos. Em um dos seus trechos afirma que:

Podemos observar sua intenção pela afirmação do compromisso para com a Educação para Todos, reconhecendo as necessidades e urgência da educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino e reendossamos a Estrutura de Ação em Educação Especial, em que, pelo espírito de cujas provisões e recomendações governo e organizações sejam guiados (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 01).

Respaldando-se nos princípios desse instrumento legal, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) vem desenvolvendo ações para garantir a acessibilidade de pessoas com deficiência, culminando, em 2004, na criação do Núcleo de Apoio e Inclusão Profissional às Pessoas com Necessidades Educacionais (NAPNE) atendendo, dessa forma, à Ação TECNEP/SETEC, estabelecida pelo Ministério da Educação (MEC), para atender e apoiar pedagogicamente Pessoa com Deficiência (PcD).

Além disso, com a Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, que criou os Institutos Federais, adotou-se um novo modelo de institucionalização cuja estrutura passou a ser constituída por uma Reitoria (planejamento), responsável por delinear as políticas para todos os Campi (execução). Nesse contexto, em 2012, foi implantada a Assessoria de Políticas Inclusivas (API) na Reitoria, com competência para planejar e supervisionar as políticas inclusivas para os Campi do IFRR, executadas no âmbito do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, que no ano de 2016 foi encerrada.

Dentre suas ações, a API oferecia o Curso de Capacitação Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva – EPTI para todos os servidores do IFRR, em específico para Gestores e docentes, com o objetivo de que estes estejam aptos para atender e atuar com Pessoas com Deficiência (PcD) em todo âmbito institucional.

Esse mesmo curso vem sendo desenvolvido com os docentes da Comunidade Canauanim, localizada na Terra Indígena Canauanim, Região

Serra da Lua, município do Cantá – Roraima, a partir de solicitação apresentada pela Associação de Mães “Anjos de Luz”, entidade filantrópica que ajuda Pessoas com Deficiência (PcD).

A ementa do curso prevê conteúdos da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e também com os fundamentos do Atendimento Educacional Especializado – AEE, apontados por Damázio (2007), com algumas adaptações voltadas para atender alunos da Educação Básica, da Educação Profissional e da Educação Superior, conforme a realidade vivenciada pelos cursistas.

Neste artigo, apresenta-se uma discussão a respeito da prática pedagógica empreendida para a execução do curso, com análise dos procedimentos metodológicos adotados no processo.

PROPOSTA DE CAPACITAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INCLUSIVA: DIÁLOGO ENTRE TEORIA E PRÁTICA

Em atendimento à solicitação da Associação de Mães “Anjos de Luz”, antes de iniciar a oferta do curso, a API realizou três visitas à Comunidade Canauanim, a fim de verificar in loco a necessidade dos docentes, identificando os tipos de deficiência existentes em sala de aula. A partir desse diagnóstico, elaborou-se uma proposta intitulada Curso de Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva – EPTI, para docentes da Comunidade Canauanim, com 160 horas, iniciando em novembro de 2014 e o término em novembro de 2015. O objetivo foi capacitar os docentes na área de Educação Especial e Educação Inclusiva, dando-lhes subsídios para uma melhor compreensão do processo educacional inclusivo dentro dos aspectos teóricos e práticos. Definiu-se, para tanto, os componente curriculares constantes no Quadro 1 a seguir:

Capacitação na Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva - EPTI para docentes da comunidade de Canauanim/Roraima: um caminho para a inclusão de pessoas com deficiência

Quadro 1. Demonstrativo dos Componentes e Carga Horária

Módulo I: Fundamentação	
Componentes Curriculares	Carga Horária
Educação Especial	08h
Educação Inclusiva	16h
Atendimento Educacional Especializado - AEE	08h
Deficiência Visual- cegos e baixa visão	08h
Deficiência Física	12h
Deficiência Intelectual	12h
Transtornos Globais do Desenvolvimento - TGD	04h
Deficiência Auditiva e Surdez	08h
Sub-Total Carga Horária	76 horas
Módulo II: Práticas	
Componentes Curriculares	Carga Horária
Sistema de Leitura e Escrita em Braille	20h
Língua Brasileira de Sinais- LIBRAS	40h
Processos Pedagógicos	08h
Tecnologias Assistivas – TA	08h
Acessibilidade Arquitetônica	04h
Altas Habilidades ou Superdotação	04h
Sub-Total Carga-Horária	84horas
Total Carga Horária	160 horas

Todos os conteúdos dos Componentes Curriculares (Quadro 1) estão fundamentados na legislação, como a Declaração de Salamanca (1994), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei n.º. 9.394/96), a Declaração Mundial sobre “Educação para Todos” (UNESCO, 1990) e, principalmente, a Resolução CNE/CP n.º 1/2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de Professores da

Educação Básica, definindo que as instituições de ensino superior devem prever, em sua organização curricular, formação docente voltada para a atenção à diversidade, às especificidades dos alunos com deficiência, dentre outras informações que se coligam pelo objetivo maior de atender as necessidades básicas de aprendizagem de todos.

Para alcançar o objetivo central da capacitação, foram delineadas as seguintes metas: a) adquirir conhecimentos específicos para atuar dentro da perspectiva da educação inclusiva; b) entender os conceitos sobre os fundamentos, metodologias e práticas da Educação Especial e os aspectos políticos da Educação Inclusiva; c) organizar as atividades nos princípios da Educação Inclusiva; d) perceber a importância da legislação que trata de educação inclusiva, igualdade e diversidade; e) conhecer estratégias que propiciem práticas pedagógicas diferenciadas, flexíveis e libertadoras, as quais contribuam para os profissionais em situações de diversidade; f) compreender a utilidade das Tecnologias Assistivas (TA's) para a Pessoa com Deficiência; g) conhecer a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS); h) aprender o Sistema de Leitura e Escrita em Braille; i) ter noções de como atender alunos com altas habilidades.

O curso possuía 35 (trinta e cinco) cursistas frequentando regularmente as aulas. Os encontros ocorrem uma vez ao mês, na própria comunidade, em uma sala de aula da escola estadual local (Figura 1) e foram realizados três encontros.

Capacitação na Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva - EPTI para docentes da comunidade de Canauanim/Roraima: um caminho para a inclusão de pessoas com deficiência



Figura 1. Fachada da Escola Estadual da Comunidade Canauanim.

Fonte: Silvina Faria

Os Componentes foram desenvolvidos por uma equipe de profissionais (mestres e especialistas na área da Educação Especial e Inclusiva), servidores efetivos do IFRR, lotados na Reitoria e no Campus Boa Vista Centro.

Conhecer a Pessoas com Deficiência (PcD) e entender como ocorre o seu aprendizado não é suficiente, o maior ensinamento repassado são as atitudes que o professor deve ter. A acessibilidade atitudinal não é um serviço nem um recurso, portanto não se pode comprar, fazer ou oferecer, ela depende de cada pessoa e de sua visão em relação ao diferente. Sasaki (1997, p. 226) afirma o seguinte:

As pessoas portadoras de deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que outras pessoas, e que estes direitos, inclusive o de não ser submetido a discriminação com base na deficiência, emanam da dignidade e da igualdade que são inerentes a todo ser humano.

Perspectiva na qual o curso se fundamenta para realizar práticas integradas que resultem na construção de uma postura técnica e eticamente comprometidas para a docência, tanto para aluno com ou em deficiência.

REFLEXÃO SOBRE O IMPACTO DA PRÁTICA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

O curso foi ministrado com base na Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e Atendimento Educacional Especializado (AEE). No primeiro encontro a aula foi expositiva e teve como tema central a historicidade da PcD. As informações sobre a luta pelo reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência causaram indignação nos cursistas que desconheciam a trajetória dessas pessoas. Na continuidade do módulo de fundamentação foi realizada uma linha do tempo sobre os conceitos e pré-conceitos existentes até os dias atuais.

No segundo encontro, fez-se uma discussão sobre Deficiência Visual - cegos e baixa visão - e Braille, utilizando-se a reglete, o punção e o Alfabeto em Braille (material didático utilizado pelos cegos para escrever), como prática de ensino de leitura e escrita em Braille, conforme se pode visualizar na Figura 2.

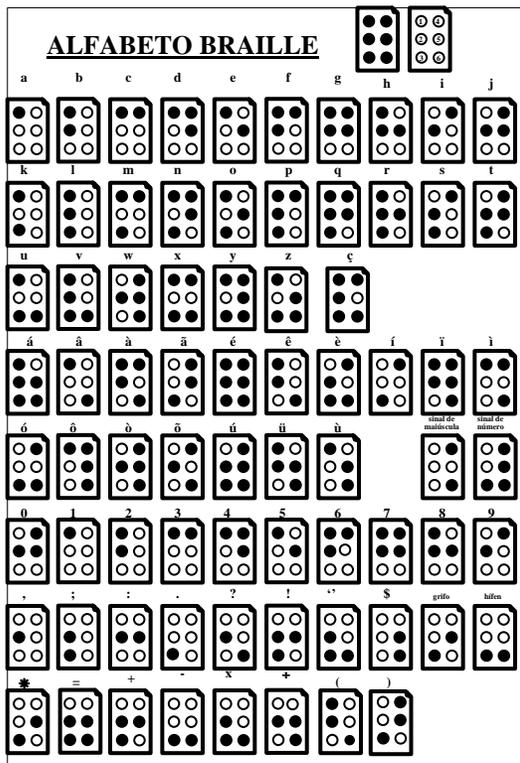


Figura 2. Alfabeto em Braille

No terceiro encontro houve um estudo sobre Deficiência Auditiva, Surdez e a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), como segunda língua oficial do país. Segundo o Capítulo II do Decreto nº. 5.626, a inclusão da Libras como disciplina curricular é obrigatória nos cursos de formação de professores, seja para o ensino fundamental, médio ou superior (BRASIL, 2005).

A metodologia para o ensino de Libras para surdo assume-a como primeira língua e a língua oficial do país, no caso a Língua Portuguesa, como segunda, havendo o uso dessas duas línguas simultaneamente. É desta forma que o professor do aluno surdo deve ensinar (PINTO, 2004), usando o

Alfabeto de Libras (Figura 3), dentre outros códigos próprios da linguagem de sinais.

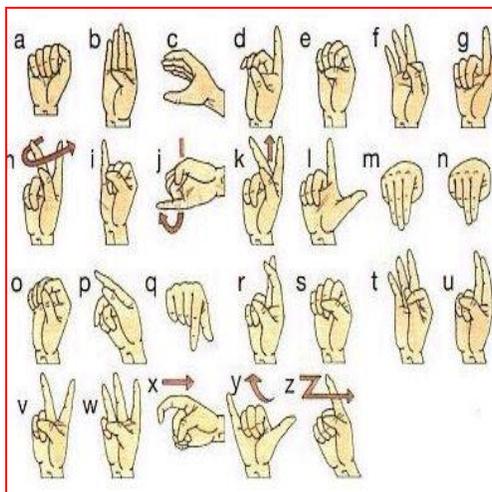


Figura 3. Alfabeto de Libras

Ao final de cada encontro foram disponibilizados exercícios para que os cursistas realizem práticas em suas salas de aula do chamado ensino regular e nas SRM's. Cabe informar ainda, a aplicação de um questionário, instrumento que visa avaliar a qualidade dos encontros, a metodologia dos professores ministrantes e atuação da coordenação do curso.

O quarto encontro compreendeu em conhecer sobre Deficiência Física e Acessibilidade Arquitetônica. A atividade final desse componente curricular foi a realização de um levantamento nas escolas locais sobre a acessibilidade dos espaços físicos, conforme a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Acessibilidade. (BRASIL, 2005).

Ressalta-se que, em todos os encontros, privilegiar-se-á o uso da metodologia participativa, com técnicas expositivas, debate, exercícios de fixação sobre cada conteúdo, e, principalmente, a prática no trato das PcD, respeitando as especificidades inerentes a cada tipo de deficiência.

Capacitação na Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva - EPTI para docentes da comunidade de Canauanim/Roraima: um caminho para a inclusão de pessoas com deficiência

Todas as estratégias de ensino aplicadas intencionaram despertar nos cursistas reflexões a respeito de sua prática em sala de aula e os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos em todo o curso.

Como resultado alguns docentes cursistas que trabalham em Salas de Recursos Multifuncionais - SRM's - do estado relataram terem adquirido uma nova visão com relação aos alunos com deficiência e como atendê-los, falam da aprendizagem desses alunos, enfatizando que, antes do acesso a esses conhecimentos no curso de EPTI, não conseguiam perceber como ocorria o processo educacional inclusivo. Além de subsídios para sua atuação em sala de aula, os conhecimentos também são aplicados fora do ambiente escolar na identificação de PcD que não estão na escola.

Vale destacar que os docentes atuam como multiplicadores dos conhecimentos, pois, ao retornarem a suas escolas, repassam aos demais colegas que, por motivos diversos, não puderam participar do curso.

Essa ação visa ainda alcançar outras comunidades, atendendo não só docentes e profissionais que atuam na área de educação, mas também os pais, responsáveis e demais membros da comunidade, para que todos estejam preparados para participar do processo educacional inclusivo.

Para o IFRR, os benefícios são inúmeros, pois com esta capacitação contemplada ações de Ensino, Pesquisa e Extensão, demonstrando que a instituição exerce seu papel social, visando a potencializar a ação humana na busca de caminhos mais dignos de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões e estudos realizados a cerca do curso de EPTI, indicam a necessidade de, na continuidade, ampliar-se os estudos a respeito do uso da LIBRAS, abarcando-se conhecimentos mais pontuais. Para isso, pode-se expandir a ação com a oferta de cursos em nível básico, intermediário e avançado na LIBRAS.

Percebeu-se que a formação de professores na área da Educação Inclusiva em Roraima encontra-se em processo de mudança, tanto do ponto de vista de conceitual quanto em relação aos valores atribuídos às práticas pedagógicas inerentes à área.

Espera-se que o professor adquira competência num largo espectro de domínios que englobam o conhecimento científico do que ensinar, sua aplicação psicopedagógica com alunos com deficiência, bem como as metodologias de ensino diferenciadas em atenção à diversidade.

Para O IFRR/API a experiência ora relatada fomenta não só a reflexão sobre capacitação de docentes, mas também desperta os sujeitos envolvidos para a importância da reflexão sobre a cultura escolar: os pensamentos, crenças, valores e hábitos compartilhados que influenciam a maneira como os professores, pais e gestores escolares lidam com a diversidade, com os desafios e barreiras enfrentadas no processo de aprendizagem dos alunos. Além disso, a vivência de práticas de Educação Inclusiva ratifica a importância de se ter um setor que referencie a inclusão dentro das instituições de ensino.

A formação de educadores para atender PcD e para o apoio e suporte ao professor do ensino regular não pode se distanciar do que propõem os teóricos que discutem e enfatizam que essa formação deve envolver múltiplos saberes – formação pessoal e profissional; saberes curriculares; técnicas de ensino – os saberes da experiência, da prática cotidiana que provém da cultura (FREIRE, 1998).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto n. 5.626, de 22 de Dezembro de 2005. Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 2005.

_____. Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 abr. 2002.

- Capacitação na Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva - EPTI para docentes da comunidade de Canauanim/Roraima: um caminho para a inclusão de pessoas com deficiência _____. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares**; estratégias para educação de alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1999.
- _____. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **Acessibilidade** – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2005.
- CORDE – Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes. Disponível em <http://www.mj.gov.br/sedh/ct/corde/dpdh/sicorde/decl_pessoa_def.asp> Acesso em: nov. 2006.
- DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. **Atendimento Educacional Especializado**. Pessoa com Surdez. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.
- DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Linhas de ação sobre necessidades educativas especiais. 7-10 de junho de 1994. Brasília: CORDE, 1994.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- PINTO, Sandra Alonso de Oliveira. **Curso de Capacitação na Área da Surdez**. In: PROGRAMA TECNEP. Brasília: Ministério da Educação/MEC. Instituto Nacional de Educação de Surdos/INES, 2004.
- SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**. Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.
- VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.